

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº. , DE 2007
(Dos Srs. Gustavo Fruet e Otávio Leite)**

Requer a convocação Sr. Carlos Ernesto de Campos para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre transferência do controle do terminal de cargas do Aeroporto de Cumbica - SP para o Aeroporto de Ribeirão Preto - SP.

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Sr. Carlos Ernesto de Campos para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre transferência do controle do terminal de cargas do Aeroporto de Cumbica - SP para o Aeroporto de Ribeirão Preto - SP.

JUSTIFICAÇÃO

Em entrevista publicada em 6 de agosto de 2007 pelo jornal O Globo, o ex-Presidente da Infraero, Brigadeiro José Carlos Pereira “acusou Denise Abreu, diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de fazer lobby para beneficiar amigos num negócio milionário. Segundo ele, Denise tenta fazer com que a Anac patrocine a transferência do setor de cargas dos aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Viracopos, em Campinas (SP), para o aeroporto de Ribeirão Preto (SP), privatizado e administrado por Carlos Ernesto Campos, dono da Tead (Terminais Aduaneiros do Brasil). O brigadeiro afirma que Camargo e Denise são amigos, o que é confirmado por fontes do setor. A operação, se concretizada, envolverá cerca de R\$400 milhões por ano. “A Denise é terrível! Se eu não estivesse saindo, ia comprar uma grande briga com ela”, disse Pereira.

O jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, em sua edição de 7 de agosto de 2007, publicou notícia sob o título “Brigadeiro acusa diretora da Anac de fazer lobby”. Diz a notícia:

“Em entrevista publicada ontem pelo jornal O Globo, o então presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, acusou Denise Abreu, diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de tentar favorecer o projeto de internacionalização do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto.

De acordo com as palavras do brigadeiro, Denise Abreu “quer tirar da Infraero o controle do setor de cargas de Congonhas e Viracopos para levar para o aeroporto de Ribeirão Preto, que pertence ao governo de São Paulo.” Os motivos que justificariam o suposto lobby de Denise junto à Anac, segundo ele, seriam ligações entre ela e a Tead Terminais Aduaneiros do Brasil, empresa vencedora da concorrência aberta pelo Governo Estadual para a construção, no Leite Lopes, de um terminal alfandegado de cargas. “O terminal de cargas nesse aeroporto já é dominado pelos amigos dela, pelo empresário Carlos Ernesto Campos [da Tead]. Toda reunião do conselho da Anac ela fala isso, com o argumento de que é para desafogar Congonhas e Viracopos. Isso é um negócio que movimenta R\$ 400 milhões por ano. Ainda bem que estou indo embora. Isso vai estourar qualquer hora dessas”, conclui José Carlos Pereira, exonerado ontem do cargo de presidente da Infraero.

Por meio de nota, tanto a Anac quanto a empresa Tead negaram as acusações do brigadeiro (leia nesta página). A reportagem tentou localizá-lo via assessoria da Infraero, mas nenhum retorno havia sido encaminhado à redação até o fechamento desta edição.

A construção de um terminal alfandegado de cargas no Aeroporto Leite Lopes integra o projeto de internacionalização do terminal de Ribeirão Preto proposto pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp). Além do terminal, que seria construído e administrado pela Tead, o projeto prevê a extensão da pista, hoje com 2.100 metros, para até 3.000 metros. Essa obra, que demandaria a desapropriação de aproximadamente 1.800 famílias, seria custeada pelo Daesp, que também não retornou os contatos até o fechamento da edição.

Anac e Tead negam acusações

Tanto a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) quanto a empresa Tead Terminais Aduaneiros do Brasil negaram as acusações feitas pelo ex-presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira.

De acordo com a assessoria de imprensa da Anac, a diretora Denise Abreu vai processar o brigadeiro. A Anac informa ainda que, “ao contrário do que foi divulgado, não existe nenhum tipo de ligação do empresário vencedor da licitação com a Anac”. Também ressaltou que “é impossível transferir operações de cargueiros para este aeroporto [Leite Lopes] pois ele não detém infra-estrutura para esse tipo de operação”.

A Tead também declarou que Carlos Ernesto de Campos, presidente da empresa, “não mantém nenhum relacionamento de amizade ou profissional com a senhora Denise Abreu”. Antes de dirigir a Anac, Denise Abreu atuou em São Paulo no governo de Mário Covas

(falecido em 2003) e no Ministério da Casa Civil, quando José Dirceu ainda comandava a pasta.

Retrospectiva

Em 5 de junho, a diretoria colegiada da Anac aprovou a proposta da primeira etapa de extensão da pista do Leite Lopes, que passaria a ter 2.600 metros. Em 26 de junho, em meio à crise aérea, a assessoria de imprensa da Anac declarou que o Leite Lopes estava sendo estudado como alternativa possível “para desafogar o tráfego aéreo nos principais aeroportos de São Paulo em curto prazo”. Nesse sentido, o projeto de ampliação e internacionalização do aeroporto de RP, segundo a Anac, poderia fazer o Leite Lopes apto a operar “alguns vôos que podem estar hoje demandando o aeroporto de Guarulhos e de Viracopos”.

Desde 2002, o Leite Lopes já é habilitado para a exportação de cargas, mas somente com a extensão da pista e com a construção do terminal alfandegado é que aviões de carga poderiam aterrissar em RP, afirma o Daesp. Entretanto, por determinação judicial, qualquer uma dessas obras só pode ser realizada após a aprovação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, o que ainda não tem data para acontecer. O Ministério Público em Ribeirão Preto, autor da ação que vincula a realização de obras no Leite Lopes à aprovação de um EIA-RIMA, informou que vai pedir a investigação pelo Ministério Público de São Paulo da possibilidade de interesses políticos e comerciais estarem interferindo no processo de ampliação do Leite Lopes. “

A presença do Sr. Carlos Ernesto de Campos a esta CPI é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos.

Sala da Comissão, 07 de agosto de 2007.

**Deputado Otávio Leite
PSDB/RJ**

**Deputado Gustavo Fruet
PSDB/PR**